UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

LEILIANA MOTA CASTRO

AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO RURAL NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

SANTARÉM – PA
2025

LEILIANA MOTA CASTRO

AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO RURAL NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Ambientais; Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural.
Orientadora: Prof. Dra. Fernanda Folster de Paula

SANTARÉM – PA
2025

Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA
Instituto de Formação Intercultural e Interdisciplinar
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais - BICA

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 18 dias do mês de julho do ano de 2025, às 10 horas, realizou-se na sala 306 do Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural da Universidade Federal do Oeste do Pará, a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente Leiliana Mota Castro intitulado: "Agricultura familiar e as políticas de crédito rural na Amazônia: uma revisão integrativa da literatura", **como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciências Ambientais.** Os trabalhos foram conduzidos pelo(a) professora Fernanda Folster de Paula, orientadora da discente e presidente da Banca Examinadora, constituída, também, pelos membros convidados professora Sandra Maria Sousa da Silva e professor Itamar Rodrigues Paulino. Após apresentação do Trabalho de Conclusão e Curso, a Banca Examinadora passou à arguição da discente. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre a apresentação e defesa oral da discente, considerando-a aprovada. Proclamados os resultados pela presidente da Banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu Fernanda Folster de Paula, na qualidade de professora orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso avaliado, lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

Santarém/PA, 18 de julho de 2025.

Presidente/orientador(a): Fernanda Folster de Paula
Membro: Itamar Rodrigues Paulino
Membro: Sandra Maria Sousa da Silva

LEILIANA MOTA CASTRO

AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO RURAL NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Ambientais; Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural.

Conceito: 9,5
Data de aprovação 18/07/2025

_____
Profª Fernanda Folster de Paula (Orientadora)
Universidade Federal do Oeste do Pará

_____
Profª Dra.: Sandra Maria Sousa da Silva
Universidade Federal do Oeste do Pará

_____
Prof Dr.: Itamar Rodrigues Paulino
Universidade Federal do Oeste do Pará

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

C355a Castro, Leiliana Mota

Agricultura familiar e as políticas públicas de crédito rural na Amazônia: uma revisão integrativa de literatura. / Leiliana Mota Castro – Santarém, 2025
29 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Fernanda Folster de Paula
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais.

1. PRONAF. 2. Amazônia. 3. Revisão integrativa de literatura. 4. Agricultura familiar. I. Paula, Fernanda Folster. *orient*. II. Título.

CDD: 23 ed. 338.1098115

Bibliotecária - Documentalista: Mary Caroline Santos Ribeiro – CRB/2 566

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por conceber toda a força para realizar este trabalho, aos meus colegas de turma, aos meus professores. E agradeço também à banca formada pelos professores Sandra Maria Sousa da Silva e ao professor Itamar Rodrigues Paulino por se disporem a avaliar este trabalho. Agradeço à minha filha Ana Isabela, à minha orientadora professora Fernanda Foslter de Paula. Agradeço ao meu avô, o senhor Manoel Viana da Mota (*in memorian)*, e a senhora Maria Isabel Mota Castro, que ambos foram grandes trabalhadores, tinham um cuidado com a terra, e valorizavam seu trabalho na agricultura familiar.

RESUMO

O presente artigo analisa o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Amazônia Brasileira. A metodologia utilizada teve como base a revisão integrativa de literatura, que faz uma análise ampla de literatura acerca do tema abordado, possibilitando discussões sobre os métodos e resultados. Na Amazônia Brasileira, o PRONAF está em andamento com a inclusão das famílias que trabalham na agricultura, porém, existem algumas problemáticas no que diz respeito ao acesso e gerenciamento dos recursos dessa política pública. Um dos problemas a serem resolvidos, conforme apontado pela revisão feita, é a falta de assistência técnica para a orientação aos trabalhadores rurais sobre o uso das terras de forma sustentável, que poderia aumentar o tempo de uso das terras. O trabalho evidencia como as políticas públicas de crédito rural podem contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região amazônica.

Palavras-chave: PRONAF. Amazônia. Revisão Integrativa da Literatura. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This article analyzes access to the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF) in the Brazilian Amazon. The methodology used was based on an integrative literature review, which provides a broad analysis of the literature on the topic, enabling discussions about the methods and results. In the Brazilian Amazon, PRONAF is underway with the inclusion of families working in agriculture; however, there are some issues regarding access to and management of resources from this public policy. One of the problems to be addressed, as highlighted by the review, is the lack of technical assistance to guide rural workers on sustainable land use, which could increase the duration of land use. This study highlights how public policies can contribute to the economic, social, and environmental development of the Amazon region.

Keywords: PRONAF. Amazon. Integrative Literature Review. Family Farming.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 QUESTÃO DE PESQUISA 11

3 OBJETIVOS 13

3.1 Objetivo Geral 13

3.2 Objetivos Específicos 13

4 REFERENCIAL TEÓRICO 14

4.1 Agricultura Familiar 14

4.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar 14

5 METODOLOGIA 16

6 RESULTADOS 17

6.1 Sistematização dos resultados 17

6.2 Síntese dos trabalhos incluídos 20

6.2.1 A Padronização das Políticas de Desenvolvimento na Amazônia 20

6.2.2 Políticas públicas e riscos ambientais em áreas de várzea na Amazônia: o caso do PRONAF para produção do açaí. 20

6.2.3 Impactos das limitações epistêmicas sobre sustentabilidade nas ações do PRONAF na porção sudeste do Pará. 21

6.2.4 Limitações ao uso agropecuário das terras firmes na Amazônia e transformação dos sistemas de produção dos agricultores familiares no território do Baixo Tocantins 21

6.2.5 Gestão participativa territorial como parte de arranjos institucionais indutores da efetividade: um estudo de caso de dois Colegiados Territoriais. 22

6.2.6 Acesso ao crédito PRONAF nos assentamentos rurais: visão da assessoria técnica. 22

6.2.7 Impactos do Pronaf na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel-Tomé Açú- Pará. 23

6.2.8 Agricultura camponesa e produção de alimentos na Amazônia: uma análise sobre os polos agroflorestais em Rio Branco, Acre. 24

6.2.9 Análise de viabilidade de irrigação na pecuária leiteira: alternativas para agricultura familiar na Amazônia. 24

6.2.10 Políticas Públicas no cenário Amazônico: Da padronização à diferenciação. 25
7 DISCUSSÃO 26
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 27
REFERÊNCIAS 28

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é, por meio de uma revisão integrativa da literatura, analisar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelos agricultores familiares na Amazônia Brasileira[1]. A revisão integrativa foi feita a partir da consulta aos trabalhos produzidos entre 2004 e 2024, e buscou entender as dificuldades no acesso e gestão dos recursos do PRONAF na Amazônia.

A agricultura familiar no Brasil tem um papel importante na promoção da qualidade de vida da população brasileira, especialmente considerando sua contribuição na produção sustentável de alimentos para o consumo das famílias (Tavares, 2013). Apesar disso, notamos que o mercado alimentício é muito competitivo para a agricultura familiar, principalmente quando se considera os baixos aportes financeiros públicos destinados à sua manutenção logística e à promoção de conhecimentos técnicos específicos voltados para esse contexto, em relação ao agronegócio - por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) destinou R$ 52,3 bilhões para o agronegócio e R$ 14,3 bilhões para a agricultura familiar[2] em 2024.

Diante disso, e considerando a importância da agricultura familiar, na década de 1990, surgiram várias políticas públicas para esse grupo de trabalhadores, dentre as quais o PRONAF. De forma geral, a agricultura familiar busca atrelar as suas demandas ao fato de ser indispensável para a economia local e para a alimentação da população brasileira. Assim, visam que os recursos obtidos por meio do PRONAF fortaleçam os agricultores e sua contribuição para a sociedade. Segundo Sérgio Schneider et al:

> O surgimento desse programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação à existência e às especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares, que até então era designados por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (Schneider et al, 2020, p. 14).

Enfatiza-se a importância dessas políticas, visto que antes da criação do PRONAF, os agricultores familiares estavam ocultos aos olhos do Estado (idem). Esse reconhecimento

[1] Neste trabalho, utilizamos a definição da Amazônia Legal para definir os limites da Amazônia Brasileira. Estão incluídos nesta definição os seguintes Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

[2] Dados da Agência de Comunicação do BNDES. A notícia pode ser encontrada em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/agro/BNDES-aprova-R$-523-bi-para-o-agro-em-2024-26-a-mais-do-que-no-ano-anterior/>, acesso em Jul. 2025.

permite o apoio do Estado à agricultura familiar, possibilitando um estímulo à produção deste grupo.

Na Amazônia, a agricultura familiar tem características específicas:

> A agricultura familiar na Amazônia se caracteriza por um sistema produtivo diversificado e integrado, no qual as famílias combinam diferentes estratégias para garantir sua subsistência e geração de renda. Segundo Tourinho e Hébette (2006), os agricultores familiares amazônicos não dependem exclusivamente da produção agrícola, mas articulam o cultivo de mandioca, açaí e outras espécies nativas com atividades como a pesca, o extrativismo e a criação de pequenos animais (Oliveira *et al*, 2015, apud Tourinho *et al*, 2006 p. 308).

Nesse contexto, chama atenção a ampla diversidade de espécies que possuem potencial comercial no âmbito do trabalho da agricultura familiar. Tal trabalho, realizado em áreas de grande extensão territorial, precisa contar com o apoio governamental para suprir suas demandas e trazer benefícios para as famílias trabalhadoras.

O PRONAF é uma das políticas públicas que possibilita o acesso ao crédito rural para agricultores familiares, e que poderia apoiar o potencial produtivo na Amazônia, porém, é notável que grande parte dos agricultores familiares nessa região acaba ficando sem esse auxílio, e encontram dificuldades para dar andamento em seus trabalhos agrícolas. Isso pode acontecer tanto devido ao "desconhecimento" em relação ao benefício e a como acessá-lo, mas também devido à ausência de assistência técnica no que diz respeito ao investimento do recurso dentro das propriedades rurais.

Nesse sentido, o presente trabalho faz uma revisão integrativa da literatura para entender, tendo por base os trabalhos científicos, como o PRONAF tem sido implementado na Amazônia Brasileira. Especificamente, o trabalho busca entender as dificuldades no acesso e gestão dos recursos do PRONAF na Amazônia. Os trabalhos consultados foram publicados entre 2004 e 2024, e estavam indexados nas plataformas Scopus, Portal de Periódicos da CAPES e Plataforma Scielo.

2 QUESTÃO DE PESQUISA

O PRONAF visa contribuir com as diferentes regiões do país a partir da liberação de verbas da política pública para o fomento da agricultura familiar no Brasil, e abre um caminho para o desenvolvimento rural dessas regiões. Porém, observa-se que desde o início, a efetivação dessa política esteve voltada para a agricultura nas regiões Sul (Schneider *et al* 2020), ainda que diversos autores como por exemplo Farias *et al* (*2*025) tenham escrito sobre o potencial de produção na região Norte, que tem grande importância para o desenvolvimento da agricultura familiar do país.

O PRONAF apresenta diversidade de linhas de créditos, baixas taxas de juros e elevado tempo de carência, e possui inúmeros contratos já disponibilizados aos agricultores. Não desconsiderando os resultados positivos do Programa, autores como Cazella *et al* (2016) colocam em questão as limitações dele no estímulo à formas de desenvolvimento distintas de um modelo hegemônico, puramente economicista, visto que a maioria dos beneficiários do programa estão interligados às principais cadeias produtivas já consolidadas economicamente. Segundo Silva e Possui (2012), o PRONAF padronizou suas operacionalizações nas diferentes regiões, com isso correndo o risco de desconsiderar a existência de muitas famílias que trabalham na agricultura. Na Amazônia, a forma como se reproduz e as diversas maneiras para acessar o mercado não são bem consideradas pelo programa, o que afeta acesso ao crédito (idem).

Dessa maneira, observamos que: (i) há uma desigualdade regional na aplicação de recursos do PRONAF, em desvantagem dos Estados na Amazônia Brasileira; (ii) o PRONAF prioriza um modelo de produção hegemônico, subsidiando cadeias produtivas já consolidadas economicamente (Schneider et al, 2020).

Farias (2025), por exemplo, observa que a expansão do crédito rural tem sido uma das formas de financiamento para os agricultores rurais:

> A Região Norte tem sido o lugar de uma expansão sem precedentes das atividades agropecuárias nos últimos anos (Costa, 2021 *apud* Farias, 2025). Souza *et* al. (2021 *apud* Farias, 2025) registram que o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária da Amazônia cresceu 272% entre 2002 e 2019 (esse dado inclui o Mato Grosso e parte do Maranhão), o que expressa bem a força da expansão. Registram ainda que a soja é o grande destaque [...].
> Poder-se-ia dizer então, preliminarmente, que a dinâmica do crédito rural na Região Norte não constitui nada além de uma transposição do modelo clássico criado nos anos 1960 e impulsionado a partir do final dos anos 1990 (Dornelas, 2020 *apud* Farias, 2025), com duas diferenças: as alternativas ao modelo convencional não são, na atualidade da região, virtualidades

> teóricas, são reais; a elevação da produção não é o único imperativo da política de desenvolvimento rural, como foi no passado em outras regiões - a sustentabilidade é tão ou mais relevante (Farias, 2025, p. 289, 290).

Tendo em vista este histórico, neste trabalho, fizemos uma revisão integrativa da literatura com objetivo de entender com maior profundidade as dificuldades de acesso e de gestão do PRONAF na Amazônia.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar o acesso ao PRONAF na Amazônia Brasileira, a partir da revisão integrativa da literatura.

3.2 Objetivos Específicos

1. Verificar quais trabalham existem sobre o acesso ao PRONAF para agricultores familiares na Amazônia Brasileira;
2. Entender o histórico da criação e da efetivação do PRONAF, de modo atento às desigualdades regionais;
3. Fazer um balanço sobre as dificuldades de acesso ao PRONAF, a partir da leitura crítica dos trabalhos encontrados.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar no Brasil é fundamental para a alimentação da sociedade brasileira, e é alvo de políticas públicas do Estado, que buscam o seu reconhecimento e valorização. Nesse sentido, foi criada a Lei de n° 11.326 de 2006, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar.

De acordo com a Lei n°11.326 de 24 de julho de 2006 no Art.3°:

> Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I- Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.
> III- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei n°15.512, de 2011).
> IV- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Art. 3, Lei 11.326/2006).

Assim, a área de trabalho da agricultura familiar não pode ser de grande porte, e deve empregar mão de obra familiar. Como já mencionado, a agricultura familiar tem papel importante na produção de alimentação saudável e em quantidade adequada, que é um direito do ser humano (Brasil, 2006 apud Tavares, 2013). Além da contribuição para a alimentação da população brasileira, a agricultura familiar aloca parte importante da força de trabalho no campo. A agricultura familiar dava ocupação, em 2017, a 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias - mais, portanto, do que os grandes estabelecimentos rurais. Em relação aos produtores de agricultura familiar, 81,0% estavam na condição de proprietários de terras (IBGE, 2017), o que demonstra ainda a necessidade de consolidar as propriedades rurais dos agricultores familiares.

4.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O PRONAF é uma política pública que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, possibilitando o acesso ao crédito rural para a melhoria e crescimento deste grupo. Por exemplo, um agricultor familiar que, no passado, fazia seu trabalho manualmente, hoje passa a poder contar com o trabalho mecanizado. Essa é uma das funções do PRONAF, proporcionar que a agricultura familiar tenha melhores condições de realizar seu trabalho.

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado em 1996,

> como resposta do Estado às mobilizações dos agricultores familiares, liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura familiar (CONTAG) e pelo Departamento dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), realizada desde o final da década de 1980, com vistas à inclusão dos pequenos agricultores, pecuaristas, silvicultores, aquicultores, pescadores e extrativistas como beneficiários de crédito rural (Tavares, 2013).

Assim, o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo invisibilizados nas políticas públicas até então existentes, e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo (Schneider *et al*, 2020). Conforme Schneider *et al*:

> Atualmente, segundo o Manual Operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural e sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (Schneider *et al*, 2020, p. 17).

Existem muitas linhas de crédito do PRONAF hoje, que surgiram durante análises feitas para destinar os recursos não apenas para uma categoria de produtores específicos, mas tendo em vista o atendimento da diversidade das áreas de produção das famílias de agricultores rurais, tendo em vista que o programa de crédito estava atingindo grandes proporções.

O PRONAF busca atender e incluir diversos tipos de agricultores, e planeja o subsídio de crédito, a partir de diferentes valores, para repassar os recursos. Procurou diferenciar os trabalhadores rurais, para que o crédito pudesse ser acessado por um número maior de grupos. Algumas das linhas de crédito específicas são: PRONAF infraestrutura e serviços municipais, PRONAF agroindústria, PRONAF Pesca, PRONAF Mulher , PRONAF Jovem e PRONAF Ecologia.

Com essas novas linhas, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), prevê um forte aparato para as famílias rurais da agricultura familiar, levantando e analisando as demandas por territórios a partir de informações vindas das prefeituras, sindicatos ou associações (Schneider *et al* 2020).

5 METODOLOGIA

O trabalho teve como base a revisão integrativa de literatura, que segundo a Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP, 2008), consiste na construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre os métodos e resultados de pesquisas. Esse tipo de revisão serve também como reflexão para a realização de futuros estudos. A pesquisa integrativa favorece o diálogo de um novo autor com pesquisas anteriores, e isso favorece a formulação de ideias novas.

Este trabalho foi realizado por meio de buscas online nas Plataformas SciELO, Scopus e Periódicos da Capes. Os trabalhos foram selecionados tendo em vista o tema abordado, a partir de critérios de inclusão e exclusão. O critério de inclusão (UNESP, 2008), determina o procedimento de amostragem, ou seja, determina quais trabalhos entraram na revisão. Quanto mais amplo for o objetivo da revisão, mais seletiva deverá ser a inclusão da literatura a ser considerada.

Neste trabalho, os critérios de inclusão foram: PRONAF e Amazônia. Conforme sistematizado na tabela abaixo, estes critérios resultaram em vinte e um trabalhos encontrados. Desses vinte e um trabalhos, onze foram excluídos pelos seguintes critérios: não tem como foco a análise do PRONAF (em muitos deles, o PRONAF é apenas citado para caracterização do lugar de estudo); não estão disponíveis em língua portuguesa.

6 RESULTADOS

6.1 Sistematização dos resultados

Nesta revisão integrativa da literatura, foram incluídos dez trabalhos. Uma síntese dos trabalhos incluídos e excluídos na análise pode ser vista na tabela abaixo:

Tabela 1 - Trabalhos encontrados na revisão de literatura.

Nome do artigo	Autores	Em qual indexador foi localizado	Local de publicação	Incluído na revisão?	Justificativa da exclusão
A padronização das políticas de desenvolvimento na Amazônia.	SILVA, L.S. e SOUSA, N. R.	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista de Des. Regional	Sim	
Políticas públicas e riscos ambientais em áreas de várzea na Amazônia: o caso do PRONAF para produção do açaí.	CANTO, M. P., SOBRINHO, V.	Portal de Periódicos da CAPES.	Desenvolvimento e Meio Ambiente	Sim	
Impactos das limitações epistêmicas sobre sustentabilidade nas ações do PRONAF na porção sudeste do Pará.	MARTINS, L. M.	Portal Periódicos da CAPES	Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.	Sim	
Limitações ao uso agropecuário das terras firmes na Amazônia e transformação dos sistemas de produção dos agricultores familiares no território do Baixo Tocantins.	MARTINS, F.S *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento	Sim	
O "Programa Amazônia Florescer Rural" como concretização do direito ao desenvolvimento dos agricultores familiares	REYMÃO, A.E.N *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Rev. Faculdade de Direito	Não	Não aborda o acesso ao PRONAF.

Gestão participativa territorial como parte de arranjos institucionais indutores da efetividade: um estudo de caso de dois Colegiados Territoriais	MOURA, J.T. V *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista do Desenvolvimento Regional	Sim	
Crédito-PRONAF nos assentamentos rurais: visão da assessoria técnica	CAMPELO, L.K *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista de Administração e Negócios da Amazônia	Sim	
Políticas públicas em face da sustentabilidade na agricultura familiar no município de Parauapebas-PA	SOUZA, M.F.J *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista de Administração e Negócios da Amazônia	Não	Não tem como foco a análise do PRONAF.
Relações entre o nível socioeconômico e qualidade de vida na agricultura familiar da Amazônia.	REYES, E *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista de Administração de Roraima-RARR.	Não	Não tem como foco a análise do PRONAF.
Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu – Pará	OLIVEIRA, L.S.M *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.	Sim	
Análise financeira de sistemas de produção integrados no Nordeste do Pará.	MARQUES, C.N.M *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista Agroecossistemas	Não	Não tem como foco a análise do PRONAF.
Agricultura camponesa e produção de alimentos na Amazônia: uma análise sobre os polos agroflorestais em Rio Branco, Acre.	MORAES, S.G.L.	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista NERA	Sim	

Análise de viabilidade de irrigação na pecuária leiteira: alternativas para a agricultura familiar na amazônia	SILVA, O.R.A *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Revistas de Estudos Sociais.	Sim	
Perda de vegetação e Políticas Públicas: Estudo de uma Área de Assentamento de Reforma Agrária na Amazônia Meridional.	LIMA, B.R *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal.	Não	Não tem como foco a análise do PRONAF.
Caracterização da Agricultura Familiar no Território Portal da Amazônia em um Cenário Pré-pandemia	GERVÁSIO, W *et al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Periódico Eletrônico "Fórum Ambiental da Alta Paulista"	Não	Não tem como foco a análise do PRONAF.
Agroecossistemas familiares e o serviço de assistência técnica: a diversidade de noções de sustentabilidade inseridas no território sudeste do estado do Pará, Amazônia	SILVA, S.M. L *et al.*	Portal de periódicos da CAPES.	Cadernos de Agroecologia	Não	Não tem como foco a análise do PRONAF.
A importância da mulher na agricultura familiar: comunidade lago Janauacá, Careiro Castanho – AM	ERAZO, L.R *et al.*	Portal de periódicos da CAPES.	Revista Terceira Margem Amazônia.	Não	Não tem como foco a análise do PRONAF.
Políticas públicas no cenário amazônico: da padronização a diferenciação	SILVA, S.L *et al.*		Contribuciones de las ciencias sociales.	Sim	
Obtenção de crédito rural para agricultura familiar no Brasil: evidências da Amazônia Legal	DANTAS, M *et al.*	Scopus	Journal of Rural Studies	Não	Disponível somente em língua inglesa.

Indicadores de viabilidade econômica para sistemas agroflorestais pecuários no Sudeste do Pará.	QUEIROZ, F.J *at al.*	Portal de Periódicos da CAPES.	Revista do Núcleo do meio ambiente da UFPA.	Não	Não tem como foco a análise do PRONAF.
A globalização do açaí e sua influência nas práticas agrícolas de camponeses-ribeirinhos do Baixo Tocantins.	Portal de Periódicos da CAPES.	RODRIGUES, P.R *et al.*	Revista Raízes	Não	Não tem como foco a análise do PRONAF.

Fonte: O autor (2025).

6.2 Síntese dos trabalhos incluídos

6.2.1 A Padronização das Políticas de Desenvolvimento na Amazônia

Este texto, publicado em 2012, afirma que, no que se refere à implementação de políticas públicas para o setor rural, a década de 1980 ficou marcada pela inclusão de novos personagens no campo, por isso, o Estado passou a ter o dever de criar novas políticas públicas para o setor rural.

Neste trabalho, os autores investigam duas políticas públicas de crédito para o meio rural, para que com isso possam ganhar espaço dentro das estatísticas econômicas brasileiras, essas duas políticas são o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) que foi criado em 1985, e o PRONAF, criado em 1996. A criação de políticas públicas visa a implementação de recursos para que os pequenos agricultores pudessem avançar financeiramente no setor rural. A criação de políticas públicas trouxe um avanço para o setor rural como forma de inclusão, para que as famílias produtoras pudessem ter um crescimento tanto econômico quanto de pessoal contratado para trabalhar com a produção.

6.2.2 Políticas públicas e riscos ambientais em áreas de várzea na Amazônia: o caso do PRONAF para produção do açaí.

Este texto foi publicado em 2018, e avalia o volume de produção dos municípios do Estado do Pará que comercializam o fruto do açaí *in natura* através dos portos de Belém. Avaliam que esse feito tem acontecido por conta de recursos vindo do PRONAF para o manejo do açaí, que requer grande mão de obra e um forte olhar para o manejo sustentável, visto que para se obter grande área de açaizais é necessário geralmente fazer derrubadas de

outras árvores maiores, e para isso há de se fazer estudos de impactos ambientais, que se tem um grande custo.

O trabalho do manejo do açaí é complexo, de maneira que pode não ser suficiente o recurso que é disponibilizado apenas por um programa de crédito. Os autores mencionam a criação de 24 projetos por meio dos quais os produtores de açaí são beneficiados, para que seja realizada a produção e o manejo do açaí por intermédio de bancos, como por exemplo o Banco da Amazônia.

Os autores apresentam uma preocupação vinculada à grande demanda do açaí para o comércio, em virtude de ser muito apreciado, e assim ter grandes financiamentos por políticas públicas do Estado. Isso causa uma elevada escala de plantações de açaizais, acarretando em desequilíbrio ambiental, afetando fauna e flora locais.

6.2.3 Impactos das limitações epistêmicas sobre sustentabilidade nas ações do PRONAF na porção sudeste do Pará.

Este texto foi publicado em 2008, e avalia que o PRONAF vinha sendo consolidado durante algumas décadas. Porém, com a expansão da política pública para a agricultura familiar no território barasileiro, houveram excessos que contribuíram para o esquecimento da sustentabilidade. O programa dá o suporte financeiro para aqueles que pretendem se organizar e fazer crescer suas produções, porém com o avanço de trabalhos na agricultura, o PRONAF não adquiriu uma preocupação em dialogar com os agricultores a respeito de como os recursos poderiam ser utilizados.

O texto apresenta algumas críticas às avaliações feitas sobre o PRONAF, apresentando avanços possibilitados pelo programa. Porém, ponderam que os beneficiários do PRONAF muitas vezes não refletem de maneira cuidadosa sobre a forma como trabalham, e fazem uso desse financiamento de modo a não priorizar o viés social coletivo, como a preservação e conservação das áreas que são manejadas. A falta de preocupação com a sustentabilidade ambiental acaba, por muitas vezes, afetando diretamente as próprias famílias produtoras e o meio ambiente.

6.2.4 Limitações ao uso agropecuário das terras firmes na Amazônia e transformação dos sistemas de produção dos agricultores familiares no território do Baixo Tocantins

Este texto foi publicado em 2014. Os autores afirmam que a pecuária de corte na Amazônia é gerenciada pelo agronegócio, uma de suas metas, para garantir benefícios,

influenciar a implementação de políticas públicas.. Durante o período militar (1964-1985), a procura por terras foi grande por grande produtores rurais, e nesse mesmo momento os pequenos agricultores procuravam terras para trabalhar. Este mal ordenamento da distribuição das terras causou grandes conflitos sociais, que ocasionaram na perda de liberdade para os agricultores familiares trabalharem no campo de forma democrática e organizada.

Segundo os autores, no decorrer das décadas do governo militar, a agricultura prevalecia para quem podia ter acesso a ela, enquanto outras partes, ou seja, o pequeno agricultor, tinha dificuldades para se manter dentro um padrão produtivo que foi exercido por uma classe superior.

De acordo com os autores, apesar das limitações, é permitida a aquisição de créditos pelos agricultores familiares, pelo fato de seus conhecimentos serem mais eficientes e terem uma menor contribuição para a degradação do solo. O modelo de distribuição democrática dos recursos tem potencial de gerar um efeito positivo na viabilidade de crescimento do acesso ao crédito, porém falta a organização de assistência técnica adequada para quem usufrui de políticas de crédito rural.

6.2.5 Gestão participativa territorial como parte de arranjos institucionais indutores da efetividade: um estudo de caso de dois Colegiados Territoriais.

Este artigo foi publicado no ano de 2017, e de acordo com os autores, o conhecimento dos agricultores sobre a política de crédito rural, baseado na prática e na observação, proporciona uma boa gestão da política pública. O texto traz uma importante discussão sobre as relações entre o Estado e os agricultores familiares, investigando quais mudanças podem ser feitas para fortalecer a gestão participativa, que envolve grande parte da sociedade, e por meio da qual são estabelecidos critérios para seleção de grupos para o acesso das políticas públicas.

Os autores analisam a gestão participativa, constatando que tanto agricultores familiares como o Estado têm constituído espaços de diálogo nos territórios, o que fortalece o crescimento econômico e social dos agricultores. A gestão participativa possibilita o desenvolvimento político participativo.O texto reforça que o crédito rural começa ganhando força na década de 1990, com o PRONAF, e que se estende para um Plano Plurianual que é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que acaba gerenciando essas políticas de crédito e que também se torna responsável pela fiscalização da gestão participativa, envolvendo tanto o Estado quanto os agricultores rurais.

6.2.6 Acesso ao crédito PRONAF nos assentamentos rurais: visão da assessoria técnica.

Este artigo foi publicado em 2008, e seus autores argumentam que, na década de 1990, as famílias de assentamentos rurais passaram a ter acesso à política de crédito através do PRONAF. O acesso ao PRONAF facilitou também o acesso a outros recursos financeiros. Muitas famílias não disponibilizavam de conhecimento sobre o acesso ao crédito, e houveram discussões para que as assistências técnicas fossem intensificadas para o manejo produtivo dessas famílias. Para isso, foi criado um projeto chamado Lumiar e, posteriormente, conseguiram acessar o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

Segundo o texto, a forma tradicional poderia prejudicar as famílias da agricultura familiar na concorrência com outros produtores rurais, não resultando em um rendimento satisfatório. O PRONAF vem sendo de grande importância para esses pequenos produtores, pois ajuda também na captação de renda, na adoção de novas metodologias de produção para competir com outros mercados, e na garantia de empregos na área rural, possibilitando renda fixa para muitas famílias.

6.2.7 Impactos do Pronaf na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel-Tomé Açú- Pará.

Este artigo foi publicado no ano de 2019, de acordo com seus autores, desde o início da década de 2000, a região de Tomé-Açú foi escolhida para experimento da produção de frutos do dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.). Este experimento previa todo o projeto de instalação, começando em pequena escala, e, de acordo com sua gestão dos agricultores, a produção aumentaria progressivamente. O experimento deu certo em muitos casos, e os agricultores passaram a ter indústrias para extração de óleo de dendê, o que possibilitou que os próprios agricultores se tornassem produtores dessa matéria prima. Dessa maneira, eles puderam acessar o financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar-Dendê, um programa criado com exclusividade devido à proporção que a produção foi tomando.Na comunidade de Nova Betel, em Tomé Açu, os autores relatam a importância e os impactos que podem ter acontecido por conta da extração do óleo de dendê entre as famílias, fazendo uma análise dos pontos positivos e negativos em meio ao agroecossistema. Para fins de esclarecimentos sobre a política de crédito no município, o projeto foi um experimento que deu certo na sua implantação, e que teve como um de seus financiadores um dos programas que atendem famílias que anos atrás estavam sendo excluídas de programas de crédito, e que atualmente foram incluídas nas políticas públicas ofertadas pelo Estado.

6.2.8 Agricultura camponesa e produção de alimentos na Amazônia: uma análise sobre os polos agroflorestais em Rio Branco, Acre.

Este artigo foi publicado em 2022, e segundo os autores, o crescimento de terras com grandes áreas (latifúndios) têm confrontado as áreas das famílias que trabalham com agricultura.Isso ocorreu de diferentes maneiras. Por exemplo, quando as famílias viviam do extrativismo da borracha, tiveram a diminuição na sua renda por conta das compras ou, em alguns casos, das invasões de suas terras, o que dificultou o trabalho com o extrativismo . O crescimento de áreas ocasionou a expulsão de muitas famílias do campo, pois suas terras foram retiradas por autoridades públicas ou privadas, causando um êxodo rural. Essas famílias partiram para a cidade de Rio Branco, se instalando em lugares precários da cidade. Com o passar dos anos, os camponeses aderiram a um novo método de trabalho, voltando à terra na condição de assentados da reforma agrária. Vendo o potencial de trabalho na agricultura, o Estado passa a agir de forma estratégica para incluir esses trabalhadores na expansão econômica. Com isso, foram criadas políticas públicas de crédito para que os assentados tivessem como se manter e aumentar a produção rural, evitando um novo êxodo rural.

Com a criação de políticas públicas, a valorização do homem do campo tornou-se um ponto forte para a uma boa imagem do Estado perante à sociedade. As políticas públicas foram conquistadas a partir de muita luta,e uma das consequências positivas foi a criação do PRONAF, um programa de crédito voltado para estruturar financeiramente o trabalhador rural.

6.2.9 Análise de viabilidade de irrigação na pecuária leiteira: alternativas para agricultura familiar na Amazônia.

Este texto foi publicado em 2018, e consta a importância do financiamento para a produção de leite na Amazônia. Assim como outros alimentos da agricultura familiar, o leite é um dos alimentos que compõem um grande potencial energético para o crescimento humano.

Com a ajuda do PRONAF, a produção de leite dentro das produções familiares vem crescendo. O custo é um fator de grande relevância, visto que se deve analisar valores gastos com alimentação para os animais e cuidados com a saúde dos mesmos. Os agricultores utilizam recursos próprios e também os recursos oriundos do PRONAF, e os autores ressaltam que os recursos do PRONAF para a implementação da produção de leite dão ênfase

à irrigação, tendo em vista uma melhor qualidade de vida dos animais e, consequentemente, um melhor produto final.

6.2.10 Políticas Públicas no cenário Amazônico: Da padronização à diferenciação.

Este texto foi publicado em 2012. Segundo os autores, o processo de padronização das políticas públicas de crédito rural teve como resultado um agravamento dos conflitos sociais. A padronização foi estabelecida desde a ditadura militar (1964-1985), concorrendo para a exclusão social que ainda persiste no país. Dada a diferença de classes sociais no país, a padronização favorece a exclusão social, em que grande parcela da população desfavorecida sofre diante do não acesso às políticas públicas ofertadas para todos.

Na Amazônia, esse conceito de padronização foi rigorosamente estabelecido na época da ditadura militar, que tentou promover a ocupação da região de maneira irresponsável com os recursos naturais e com as populações tradicionais, não levando em conta as histórias de vida das mesmas. Paulatinamente, após a redemocratização, a padronização vai dando lugar à criação de políticas públicas diferenciadas. Essa diferenciação proporcionada pelo Estado, apesar de caminhar a passos lentos, promove melhorias para diversos setores agrícolas. Com a criação do PRONAF, na metade da década de 1990, foram inseridas as populações até então excluídas de um processo de gestão de políticas públicas, que deve, em tese, contemplar todos os cidadãos.

7 DISCUSSÃO

A partir das leituras dos textos, é possível compreender o histórico de implementação do PRONAF na Amazônia, sendo que para que esse processo possa se concretizar, o produtor precisa estar dentro das regras estabelecidas pela política pública. Ao longo do tempo, diversas modificações foram feitas para que se fizesse uma seleção mais criteriosa dos beneficiários, objetivando que não fossem repassados recursos do programa para pessoas que não sejam agricultores familiares.

De maneira geral, os textos apontaram para algumas problemáticas em comum, no que diz respeito à dificuldade em acessar e gerir os recursos do PRONAF: Falta de assistência técnica que possibilite uma boa aplicação dos recursos; falta de titularidade das terras; dificuldade no diálogo entre Estado e as famílias beneficiárias; dificuldade de comercializar a produção.

Diante das análises, pode-se observar que a diversidade de produção é grande na Amazônia, fazendo com que aumentem as demandas pela distribuição das políticas de crédito rural. Atualmente, diferentes autores chamam a atenção para o crescimento de monocultivos, trazendo um alerta da sua expansão no que diz respeito ao uso de terras, de modo a respeitar o espaço dos agroecossistemas locais.

O PRONAF acolhe produtores rurais de diversas regiões do Brasil, dentre as quais a Amazônia. Essa região precisa de um olhar cauteloso no que diz respeito aos repasses dos recursos desse programa, observando que sua área é extensa e propícia para a monocultura, como foi observado em alguns dos artigos publicados.

O crédito para a agricultura familiar ganha espaço, mas, como apontado pela revisão feita, é fundamental checar os critérios de preservação e conservação do meio ambiente. É nesse momento que a assistência técnica do Estado, ou de outras instituições, como sindicatos e associações, devem cultivar a ideia de responsabilidade socioambiental com o manejo das terras, para que o PRONAF possa contribuir com o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho realizou uma revisão integrativa da literatura a respeito do acesso ao PRONAF por agricultores familiares na Amazônia entre 2004 e 2024, a partir da pesquisa à três diferentes indexadores: o Portal de Periódicos da CAPES, a Plataforma Scielo e a Scopus. A partir dos critérios de inclusão e exclusão, foram encontrados 22 trabalhos, sendo 10 incluídos e 12 excluídos.

Este trabalho buscou entender as dificuldades no acesso e gestão dos recursos do PRONAF na Amazônia. O PRONAF objetiva alcançar grande quantidade de famílias que possam estar atuando na agricultura familiar, mas ainda há indícios de que o sucesso dessa política de crédito esteja vinculada apenas a liberação de recursos, deixando de lado considerações sobre a forma de uso dos recursos, tanto no que diz respeito à gestão orçamentária, quanto na preocupação com o meio ambiente. O PRONAF não pode estar vinculado somente a liberação de recursos, deve ser também uma forma de mostrar à sociedade a importância de políticas públicas voltadas para as famílias produtoras, sejam elas quilombolas, indígenas ou ribeirinhas.

Observando a importância da Amazônia e o quantitativo de produtores na região, é indiscutivelmente necessário o acesso desses produtores ao PRONAF. Por esse motivo, a assistência técnica vinda junto com os recursos é importante para que se faça levantamentos sobre documentos de titularidade de terras, fazendo com que isso não impossibilite o acesso dessas famílias ao PRONAF; observar a logística de comercialização dos produtos da agricultura familiar, sendo que na Amazônia grande parte dos transportes para as famílias produtoras é feita por meio fluvial. Como discutido, o PRONAF, além de sua importância econômica, tem valor social, contribuindo para a inclusão de agricultores que têm conhecimentos não valorizados. Por meio do PRONAF, órgãos públicos podem dar suporte para quem tem o domínio tradicional da terra, fazendo reforço a uma cultura tradicional, visando o crescimento e acesso contínuo das famílias produtoras que se enquadram dentro das regras das linhas de crédito oferecidas. Portanto, o PRONAF pode ser uma política de inclusão, uma forma real de colocar os trabalhadores rurais da Amazônia como produtores bem estruturados, uma região de importância ímpar para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.326 de 2006**. Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm, acesso em 13 Jul. 2025.

CAMPELO, K. L. et al. Acesso ao crédito PRONAF nos assentamentos rurais: visão da assessoria técnica. In**: Sociedade Brasileira De Economia, Administração E Sociologia Rural (Sober).** Anais [...]. Rio Branco: SOBER, 2008.

DANTAS, M. Obtenção de crédito rural para agricultura familiar no Brasil: evidências da Amazônia legal. **Journal of Rural Studies,** v.101, 2023.

ERAZO, L. FERREIRA, C. C; SILVA. S. J. L. A importância da mulher na agricultura familiar: comunidade lago Janauacá, Careiro Castanho-AM. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 6, 2021.

FARIAS, K. S; SCHMITZ, H. Panorama do Crédito Rural na Região Norte: Os desafios da expansão e da sustentabilidade. **Novos cadernos NAEA** v. 28, n.1, 2025.

GERVÁSIO, W.; SAIS, C. A. CHRISTOFOLETTI, H. JOLIVEIRA, E. R. Caracterização da Agricultura familiar no território Portal da Amazônia em um cenário Pré-pandemia. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v.19, n.6, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. 2019. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em 13 Jul. 2025.

JUNIOR, E. R.; SEABRA, L. F. G. Relações entre o nível socioeconômico e qualidade de vida na agricultura familiar da Amazônia. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 2, n. 1, p. 88-109, 2012.

LIMA, B.R; LIMA, B.S.M.S; CALVI,F.M; MORAES,A.V. **Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal**, v. 43, 2020.

MORAES, S. G. L; PONTE, F. K. Agricultura camponesa e produção de alimentos na Amazônia: uma análise sobre os polos agroflorestais em Rio Branco, Acre. **Revista NERA**, v.25, n.63, 2022.

MARTINS,S. F. P; PEREIRA, M. J. M; MATOS, F. F; JÚNIOR, S. R. B. Limitações ao uso agropecuário das terras firmes na Amazônia e transformação dos sistemas de produção dos agricultores familiares no território do Baixo Tocantins. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n.10, 2014.

MARQUES, C. N. M; MANESCHY, Q. R; QUEIROZ, F. J; CHAVES, M. H. T. Análise de Sistemas de Produção integrados no nordeste do Pará. **Revistas Agroecossistemas**, v.9, n.1, 2017.

MOURA, J. T. V.; MOREIRA, I. S.; GOMES, S. Gestão participativa territorial como parte de arranjos institucionais indutores da efetividade: um estudo de caso de dois Colegiados Territoriais**. Redes**, v. 22, n. 3, p. 65-93, 2017.

OLIVEIRA, L. S. M.; SILVA, S. M. L. Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade Quilombola de Nova Betel, Tomé-Açú-Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v.13, n.2, 2019.

OLIVEIRA, L. L; MEDEIROS, M. Pronaf no contexto Amazônico: instrumento de fortalecimento de qual agricultura familiar? **Novos Cadernos NAEA**, v. 28, n.1, 2025.

QUEIROZ, F. J; MANESCHY, Q. R; FILGUEIRAS,C.G; HOMMA, O. K. A. Indicadores de viabilidade econômica para sistemas agroflorestais pecuários no sudeste do Pará. **Revista do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA**, v.5, n.1, 2020.

REYMAO, A. E. N; SILVA, Northon Sérgio Lacerda. O "programa Amazônia florescer rural" como concretização do direito ao desenvolvimento dos agricultores familiares. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 45, n. 2, 2021.

SILVA, L. S; POSSUI, Nirvia Ravena de Sousa. Políticas Públicas no Cenário Amazônico: Da Padronização à Diferenciação. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 2012-06, 2012.

SILVA.S. M. L; MARTINS, R. S. Sustentabilidade nas ações do PRONAF: impactos das limitações epistêmicas sobre sustentabilidade nas ações do PRONAF na porção sudeste do Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 5, v. 8, 2008.

PAES-DE- FILSOUZA, M. et al. Crédito-PRONAF nos assentamentos rurais: visão da assessoria técnica. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 1, n. 2, p. 26-36, 2009.

SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

SOUZA, J. F. M. et al. Políticas públicas em face da sustentabilidade na agricultura familiar no município de Parauapebas-PA. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 13, n. 4, p. 59-74, 2021.

TAVARES, A. F; DA MOTA, A. A; MONTEIRO, Raimunda. **Agricultura Familiar: merenda saudável para as crianças**. Livro-reportagem. Agricultura. Familiar: merenda saudável para as crianças. Santarém, 2013.

TAGORE, M. P. B; CANTO, O. ; SOBRINHO, M. V. Políticas públicas e riscos ambientais em áreas de várzea na Amazônia: o caso do PRONAF para produção do açaí. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 45, n. 1, p. 194-214, 2018.